

ANC X

Persiste o impasse

ANC P1

GAZETA MERCANTIL

por Ana Cristina Magalhães de Brasília



Jarbas Passarinho

Ao derrotar ontem os projetos de texto do "Centrão" e da Comissão de Sistematização, a Assembléia Nacional Constituinte reforçou o sentimento da maioria das lideranças de se chegar a um texto de consenso sobre o capítulo da reforma agrária. O texto do "Centrão" teve 237 votos a favor, 225 contra e 37 abstenções. O outro foi rejeitado por 365 contra, 129 a favor e 27 abstenções.

"O plenário deu seu recado. Só aceita um acordo", disse o senador José Richa (PMDB-PR), que subiu à tribuna há dois dias para defender a desapropriação da propriedade produtiva quando esta não cumprisse sua função social.

Esse tipo de desapropriação foi o único ponto do capítulo sobre o qual não houve consenso. De um lado, os produtores rurais, apoiados por parlamenta-

res das lideranças do PFL e do PL, não admitiam em hipótese alguma a desapropriação da propriedade produtiva. De outro, as demais lideranças, entendendo que a modificação do texto de acordo com a proposta dos produtores rurais inviabilizaria a reforma agrária no País.

"O que nós queremos através da Constituição é viabilizar a reforma agrá-

ria, implantada pelo Executivo, sem acabar com a propriedade produtiva", afirmou o deputado Euclides Scalco (PMDB-PR).

Esse foi o pensamento dominante durante todo o dia de ontem. As inúmeras propostas apresentadas na reunião das lideranças indicavam essa posição. O senador Jarbas Passarinho, um dos constituintes que até no dia anterior subira à tribuna para defender o projeto do "Centrão", teve uma participação decisiva na elaboração do acordo que propunha que a propriedade produtiva não poderia ser desapropriada. Na hipótese de não cumprir com sua função social, não seria imediatamente penalizada com a desapropriação. A lei garantiria a ela tratamento especial, fixando normas para satisfação das exigências relativas à função social, sob pena, aí sim, de torná-la passível de desapropriação.

O líder do PFL, deputado José Lourenço, da Bahia, não aceitou o acordo. Ao comparecer à reunião, atendendo ao apelo de Passarinho, disse taxativamente: "O deles não aceito. A terra produtiva é intocável".

Longe dali, o presidente da União Democrática Ruralista (UDR), Ronaldo Caiado, esbravejou: "Se isso for aprovado, vamos para a rua e mostraremos o que somos".

Sem a concretização do acordo, os negociadores saíram para o confronto em plenário. O senador Jarbas Passarinho reconheceu a impossibilidade da negociação, dada a completa divergência de posições. "É impossível a una-

nidade quando se tem dois grupos, um que acha que a propriedade produtiva é absolutamente insusceptível de desapropriação e outro que entende que ela pode ser desapropriada."

(Ver página 6)

O deputado José Sarney Filho (PFL-MA), destituído da vice-liderança do seu partido na Constituinte por ter votado contra o projeto do "Centrão" sobre a reforma agrária, contrariando a orientação de seu pai, o presidente José Sarney, vai assumir a Secretaria de Governo do Maranhão, a convite do governador Epiácio Cafeteira. O deputado, segundo parlamentares ligados a ele, foi afastado da vice-liderança "para não ameaçar os cinco anos". No Maranhão uma das tarefas de Sarney Filho será coordenar a campanha municipal do PFL.

(Ver página 7)

* 6 MAI 1988